

Petição On-line

Petição:	Individual
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	José Manuel Rodrigues de Abreu
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Documento de identificação:	BI Nº válido até:
Objeto sucinto da sua Petição:	Solicito a criação de um imposto direto sobre a publicidade e os meios de comunicação social em defesa da saúde pública, pelo direito a saúde física, moral e psíquica.
Texto da sua Petição:	<p>Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, Exmº Senhor Presidente da República, Exmº Senhor Primeiro Ministro, Exmº Senhor Ministro da Economia, Exmº Senhor Ministro do Ambiente, Exmº Senhor Ministro da Cultura, Exmos Senhoras e Senhores Deputados, A necessidade de melhor gestão pública e defesa da saúde, veio transpor no Orçamento do estado 2017, algumas alterações sobretudo para prevenção e penalização sobre as eventuais consequências do uso de certos bens alimentares, e outros que possam prejudicar o ambiente, pondo em relevo que sejam aos produtores destes bens e serviços imputados definidas verbas pecuniárias sobre os malefícios que possam advir do consumo destes mesmos bens e serviços, reconhecendo que possam vir a ser imputados ao serviço nacional da saúde de tratamentos e cuidados que poderão ser necessários num futuro próximo. Nesta perspectiva e olhando um pouco ao impacto da publicidade e dos meios de comunicação social, tem-se notado que estas geralmente grandes sociedades cresceram de forma avultada, e com benefícios financeiros também muitos elevados, a prova sendo de que um anúncio na televisão equivale em milhões de euros, e vejam os malefícios que trazem e que se nota nesta sociedade moderna: famílias destruídas, doenças nervosas incompreensíveis, doenças dementes em crescimento, aceleração das situações de violências em muitas cidades do país, tanto pequenas como de grandes aglomeradas populacionais, maior violência infantil, maior números de divórcios, etc.. tudo isso também como reflexo dos programas de televisão nacionais como dos canais por cabo, onde uma diversidade de programas cheios de violência e de ódio, em que em nome da liberdade tudo é permitido!! E nada é feito para por um travão a esta dinâmica da violência no "pequeno quadrado preto", sem nenhuma censura, sem nenhuma taxa importa pelos prejuízos que estão a causar a sociedade portuguesa e a sua cultura. Como podemos tolerar tal situação, sem regras, sem ética, sem censura, onde o poder económico vence, só porque usam a linguagem da liberdade de expressão, e que usam, alguns</p>

belos outdoors, para dissimular imagens cognitivas de grande impacto na mente humana? Ao menos, para já, e devido a situação económica actual a dívida pública, e já que foi iniciado um novo período de penalizar os poluidores da saúde pública, também no mesmo principio de igualdade que sejam penalizados os anúncios publicitários e os programas televisivos que incitam a promiscuidade, à violência domestica e social, á perca dos verdadeiros valores humanos e sociais e da dignidade humana como estão bem definidos na Constituição dos Direitos Humanos e que o mundo da publicidade e dos meios de comunicação social violam diariamente, segundo a segundo. Colocando esta petição a V. Exas para obter a comunicação sobre posição do Exmº Senhor Presidente da Assembleia da Republica, do Exmº Sr Presidente da República, Exmº Sr Primeiro Ministro, Exmº Senhor Ministro do Ambiente, Exmº Senhor Ministro da Cultura, Exmº Senhor Ministro da Economia e dos Exmº(s) Sra(s) e Sr(s) Deputados, quanto ao teor desta petição. Com os mais elevados cumprimentos José Manuel Rodrigues de Abreu